

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2023/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MA000165/2024
DATA DE REGISTRO NO MTE: 27/06/2024
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR031465/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 13621.213297/2024-91
DATA DO PROTOCOLO: 21/06/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND DOS TRAB NA IND DA CONST CIVIL CONST PES,MOB,ART, DE CIM E O DE ART INST,ELET,MONT,IND,E ENG,CONS,DOS MUN,DE AG DOC DO MA, ALCAN,AN,ARA,AX,BAC,B, CNPJ n. 06.300.875/0001-95, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). HUMBERTO FRANCA MENDES;

E

HTB ENGENHARIA E CONSTRUCAO S.A., CNPJ n. 61.037.537/0001-10, neste ato representado(a) por seu Gerente, Sr(a). VANDERCINA NUNES RIBEIRO e por seu Outro, Sr(a). MARCIO SEBASTIAO DOS SANTOS e por seu Gerente, Sr(a). MAURO EMIDIO DE SOUZA JUNIOR;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de novembro de 2023 a 31 de outubro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de novembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Trabalhadores na indústria da construção civil (pedreiros, carpinteiros, pintores, estucadores e bombeiros hidráulicos), montagens industriais e engenharia consultiva; Trabalhadores nas indústrias da construção de estradas, pavimentação, obras de terraplenagem em geral (pontes, portos, canais, barragens, aeroportos, hidrelétricas e engenharia consultiva); Trabalhadores na indústria de olaria; Trabalhadores na indústria de cimento, cal e gesso; Trabalhadores na indústria de ladrilhos e produtos de cimento; Trabalhadores na indústria de cerâmica para construção; Trabalhadores nas indústrias de mármore e granitos; Trabalhadores nas indústrias de pintura, decorações, estuques e ornatos; Trabalhadores na indústria de serrarias, carpintarias, tanoarias, madeiras compensadas e laminadas, aglomerados e chapas de fibras de madeira; Oficiais marceneiros e trabalhadores na indústria de serrarias e de móveis de madeira; Trabalhadores na indústria de móveis de junco e vime e de vassouras; Trabalhadores na indústria de cortinados e estofos; trabalhadores na indústria de escovas e pincéis; Trabalhadores na indústria de artefatos de cimento armado; Oficiais eletricitas e trabalhadores na indústria de instalações elétricas, gás, hidráulicas e sanitárias; Trabalhadores na indústria da construção de estradas, pavimentação, obras de terraplenagem em geral (barragens, aeroportos, canais e engenharia consultiva); Tratoristas (excetuados os rurais); Trabalhadores na indústria de refratários; Trabalhadores na indústria da construção e manutenção de rodovias, ferrovias, elevados, passarelas, viadutos, túneis, baias, lagos, lagoas, represas e estações de energia elétrica, mineradoras, metrô, eclusas, termoelétricas, operadores de máquinas pesadas, usinas de concreto e asfalto, calçamento, pinturas em pistas rodoviárias e áreas industriais, manutenção industriais, obras e instalação de linhas de transmissão de energia elétrica, torres, construção e manutenção de sistemas de produção e distribuição de energia eólicas, termoelétricas, hidrelétricas, energia solar, instalação e manutenção de placas fotovoltaicas, construção e manutenção de rede de distribuição de água e esgoto, obras de saneamento, rede de distribuição de oleodutos, minerodutos, gás natural, combustíveis líquidos e gasosos, montagem e desmontagem de andaimes, montagem de estruturas préfabricadas de metal, obras de soldagem na construção, montagem e manutenção industrial, com abrangência territorial em Água Doce do Maranhão/MA, Alcântara/MA, Anapurus/MA, Araíoses/MA, Axixá/MA, Bacuri/MA, Bacurituba/MA, Barreirinhas/MA, Belágua/MA, Bequimão/MA,**

Bernardo do Mearim/MA, Brejo/MA, Buriti/MA, Cachoeira Grande/MA, Cajapió/MA, Cajari/MA, Cândido Mendes/MA, Conceição do Lago-Açu/MA, Coroatá/MA, Duque Bacelar/MA, Godofredo Viana/MA, Humberto de Campos/MA, Icatu/MA, Igarapé Grande/MA, Lago Verde/MA, Magalhães de Almeida/MA, Mata Roma/MA, Matinha/MA, Milagres do Maranhão/MA, Nina Rodrigues/MA, Olinda Nova do Maranhão/MA, Paço do Lumiar/MA, Palmeirândia/MA, Paulino Neves/MA, Pedreiras/MA, Penalva/MA, Peri Mirim/MA, Pirapemas/MA, Presidente Vargas/MA, Primeira Cruz/MA, Raposa/MA, Santa Quitéria do Maranhão/MA, Santana do Maranhão/MA, Santo Amaro do Maranhão/MA, São Benedito do Rio Preto/MA, São Bento/MA, São Bernardo/MA, São João Batista/MA, São José de Ribamar/MA, São Luís/MA, São Vicente Ferrer/MA, Trizidela do Vale/MA, Tutóia/MA, Urbano Santos/MA e Viana/MA.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

A empresa **HTB Engenharia E Construção S.A.**, fica obrigada a reajustar os salários dos **trabalhadores** a partir de 1º de novembro de 2023, conforme tabela salarial abaixo:

Ficando estabelecidos os seguintes pisos salários normativos, com vigência a partir de 1º de novembro de 2023, conforme tabela salarial abaixo:

A partir de 01 de novembro de 2023 a 31 de outubro de 2024		
SALÁRIO	HORA	SALÁRIO MENSAL
AJUDANTES	R\$ 6,78	R\$ 1.491,60
MEIO OFICIAIS	R\$ 7,60	R\$ 1.672,00
OFICIAL	R\$ 10,53	R\$ 2.316,60
QUALIFICADO I	R\$ 11,64	R\$ 2.560,80
QUALIFICADO II	R\$ 14,36	R\$ 3.159,20
QUALIFICADO III	R\$ 15,87	R\$ 3.491,40

Parágrafo Primeiro - Identificação dos Trabalhadores por aptidão e salário.

AJUDANTE: os trabalhadores não qualificados que desempenham tarefas para as quais não necessitam de nenhuma habilidade e conhecimento específicos.

MEIO OFICIAL: é o trabalhador que embora tendo conhecimento especializado do seu ofício, não possui ainda a capacitação, a produtividade e o desembaraço do OFICIAL, executando os serviços sob orientação e fiscalização. Estão nesse grupo, vigias/porteiro e meio-oficial.

OFICIAL: os trabalhadores que executem tarefas que exijam habilidades e conhecimentos específicos para o seu desempenho como: apontador, apropriador de custo, armador, auxiliar administrativo, auxiliar de escritório, auxiliar de topografia, auxiliar de laboratório, bombeiro hidráulico, borracheiro, carpinteiro, eletricista, eletricista de auto, imprimador, isolador, jatista, lixador, lubrificador, maçariqueiro, marceneiro, marteleiro, montador, motorista de veículo leve, operador de britador, operador de empilhadeira, operador de maquina, operador de serra circular, operador de trator jerico, pedreiro, pintor, sinaleiro/bandeirinha, sinaleiro de maquinas, rasteiro, refratista.

QUALIFICADO I: assistente administrativo, almoxarife, eletricista montador, eletricista de manutenção, funileiro, gredista, mecânico de manutenção, mecânico montador, mecânico de refrigeração, mecânico de usina, montador de andaime, motorista de caminhão betoneira, motorista basculante dois eixo/três eixo, motorista de caminhão truck, lubrificador de maquinas pesadas, operador de espargidor, operador de máquina de plataforma elevatória, operador de rolo compactador, operador de trator de pneu, operador de vibrocabadora, operador de bomba de concreto, operador de retroescavadeira de pneus, operador de rolo asfáltico, operador de spread, operador de caminhão de dois eixos, operador de perfuratriz, operador de rock, operador de muck, pintor jatista, sinaleiro de rigger.

QUALIFICADO II: caldeireiro, encanador industrial, eletricista de força e controle, eletricista de corrente continua, eletricista de corrente alternada, mecânico ajustador, mecânico de máquina pesada, motorista de caminhão quatro eixo, motorista basculante quatro eixo, operador de moto scraper, operador de caminhão

fora de estrada, operador de trator de esteira, operador de pá-carregadeira, pintor hidrojatista, operador de usina de concreto, operador de usina de asfalto, soldador RX, soldador de chaparia, soldador eletrodo.

Qualificado III – instrumentista/calibrador, laboratorista, motorista carreteiro, técnico de mecânico de manutenção, técnico de segurança do trabalho, técnico de meio ambiente, operador de motoniveladora/patrol, operador de escavadeira de esteira, operador de guindaste, operador de grua, operador de draga, soldador tig, soldador mig, soldador multi-processo, torneiro mecânico.

Parágrafo Segundo – As empresas subcontratadas da **HTB Engenharia E Construção S.A.** deverão seguir os mesmos pisos salariais para as mesmas funções e conceder o mesmo reajuste e as mesmas condições de trabalho aos seus trabalhadores.

Parágrafo Terceiro - Para os empregados que exerçam funções não discriminadas na clausula acima ou que percebam salários superiores aos pisos aqui estabelecidos, será garantido o reajuste mínimo de 6,46% (seis virgula quarenta e seis por cento), sobre os salários praticados em 31/10/2023.

Parágrafo Quarto – As diferenças salariais, referente aos meses de novembro, dezembro, e 13º salário de 2023, e janeiro, fevereiro, março e abril de 2024, dos trabalhadores ativos e desligados, serão pagas na folha de pagamento do mês de maio de 2024 até o quinto dia útil do mês de junho de 2024. As diferenças dos trabalhadores desligados serão pagas em rescisão complementar.

Parágrafo Quinto – As empresas subcontratadas da **HTB Engenharia E Construção S.A.** deverão seguir os mesmos pisos salariais para as mesmas funções e conceder o mesmo reajuste e as mesmas condições de trabalho aos seus trabalhadores.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - ADIANTAMENTO SALARIAL

A **HTB Engenharia E Construção S.A.**, e demais empresas subcontratadas, poderão conceder adiantamentos salariais quinzenais, aos seus empregados, até o dia 20 de cada mês. Tal adiantamento não poderá ser inferior a 40% (quarenta por cento) do salário base do empregado. O pagamento efetivo do salário deverá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente, ressalvada a hipótese da não obrigatoriedade para o funcionário admitido no mês e empresas em recuperação judicial.

Parágrafo Único – A empresa que concedia adiantamento salarial, e optar pelo pagamento da remuneração mensal integral até o 5º dia útil do mês subsequente, deverá comunicar essa alteração aos seus empregados com até 60 dias de antecedência.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DOS SALARIOS

O pagamento do salário deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, no horário normal de trabalho. Quando o pagamento for feito mediante cheque, a empresa estabelecerá condições e meios para que o trabalhador possa descontá-lo no mesmo dia, em que for efetuado o pagamento, sem que haja prejuízo do horário de refeição e descanso. Quando o pagamento for feito em espécie no local de trabalho, admitir-se-á uma tolerância máxima de 01:00 (uma) hora para sua efetivação, além da jornada normal de trabalho.

Parágrafo Único - O período que ultrapassar o limite de tolerância estipulado no caput desta cláusula será pago como hora extra.

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

A **HTB Engenharia E Construcao S.A.** fornecerá aos seus trabalhadores mensalmente contra-cheques, indicando discriminadamente, a natureza e os valores das importâncias pagas, bem como os descontos efetuados para o INSS, Imposto de Renda, da parcela do Vale Transporte a cargo do Trabalhador, descontos efetuados a favor do Sindicato Laboral, e a parcela referente ao depósito de FGTS que deverá ser recolhido na CEF mensalmente.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA SÉTIMA - HORAS EXTRAS

A duração normal do trabalho fixada no inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal poderá ser acrescida, quando necessário, de horas extraordinárias em número não excedente de 02 (duas) por dia, **exceto aos domingos**, resultando no limite de 10 (dez) horas por jornada, serão remuneradas da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro - As horas extras trabalhadas de segunda a sexta-feira serão remuneradas com o adicional de 55% (cinquenta e cinco por cento) incidente sobre o valor da hora normal de trabalho;

Parágrafo Segundo - As Horas Extras de Sábado passam a vigorar no montante **70% (setenta por cento)** sobre o valor da hora normal, a partir da data de assinatura deste Acordo Coletivo.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA - CAFÉ DA MANHÃ

A partir de **01 de novembro de 2023**, será concedida mensalmente o valor de **R\$ 7,45 (sete reais e quarenta e cinco centavos)** referente a café da manhã, equivalente aos dias efetivamente trabalhados, que será pago no cartão alimentação, de uma única vez, sem parcelamento, junto com a cesta básica, até o quinto dia útil, junto com o salário do mês.

Parágrafo Primeiro – O fornecimento da cesta básica não se caracteriza como salário “*in natura*”, não podendo, portanto, ser atribuído a natureza salarial.

Parágrafo Segundo – A empresa poderá, ao seu critério, optar por servir o café da manhã que trata esta cláusula diretamente ao empregado, ficando dispensado, neste caso, o crédito do valor que trata o *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA NONA - CESTA BÁSICA

Fica acordado que de **01 de novembro de 2023 à 30 de Abril de 2024**, será concedida mensalmente uma cesta básica, no valor de **R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais)**, e de **01 de Maio à 31 de outubro de 2024, a Cesta básica será fornecida no valor mensal de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais)**, limitado a quem receber até R\$7.452,20 (sete mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos), independente do fornecimento de alimentação.

Parágrafo Primeiro – O fornecimento da cesta básica não enseja salário in natura e está condicionada a inexistência de faltas injustificadas, ou não autorizadas, durante o mês em referência.

Parágrafo Segundo – A cesta básica será fornecida para os admitidos e demitidos, desde que seja observada a quantidade de 15 (quinze) dias ou mais de trabalho. O empregado que tiver 03 (três) faltas no mês trabalhado, não incluso o desconto semanal remunerado que é suprimido automaticamente, perde o direito ao benefício.

Parágrafo Terceiro – O fornecimento da cesta básica ao acidentado e ao trabalhador em gozo de auxílio doença, ficará mantido durante o período de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo Quarto – As diferenças da cesta básica, referente aos meses de novembro, dezembro de 2023, e janeiro, fevereiro, março e abril de 2024, dos trabalhadores ativos e desligados, serão pagas na folha de pagamento do mês de maio de 2024 até o quinto dia útil do mês de junho de 2024. As diferenças dos trabalhadores desligados serão pagas em rescisão complementar.

Parágrafo Quinto – As empresas subcontratadas da **HTB Engenharia E Construção S.A.** deverão seguir o mesmo valor de CESTA BASICA e as mesmas condições de trabalho aos seus trabalhadores.

CLÁUSULA DÉCIMA - REFEITÓRIO / ALIMENTAÇÃO

A Empresa deverá estar dotadas de refeitórios nos padrões exigidos pela legislação em vigor, com fornecimento de alimentação do Trabalhador- PAT, conforme preceituam as normas instituídas pelo Governo Federal.

Parágrafo Primeiro - A Empresa fornecerá aos seus trabalhadores alojados, café da manhã, almoço e jantar nos dias de sábados, domingos e feriados, desde que os Trabalhadores cumpram os horários preestabelecidos pelas Empresas para as refeições;

Parágrafo Segundo - A Empresa se obrigará a fornecer água filtrada e própria para o consumo humano aos seus Trabalhadores.

Parágrafo Terceiro - Fica mantido neste Acordo Coletivo de Trabalho o intervalo intrajornada para alimentação e descanso do trabalhador de no mínimo uma hora.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CERTIDÃO SINDICAL

No ato das contratações, a empresa solicitará do empregado a CERTIDÃO DE SINDICALIZAÇÃO emitida pelo sindicato profissional, em papel timbrado, para cumprimento da Lei Estadual nº 11.303, de 22 de julho de 2020, que trata da priorização da mão de obra local no percentual de 70% (setenta por cento).

Parágrafo Primeiro - Em função das regras relativas a Lei 13.709/21, o Sindicato somente poderá manter em seu banco de dados as informações relativas aos funcionários para o propósito de cadastro e deverá manter em consentimento direto destes na hipótese de qualquer outra finalidade de uso.

Parágrafo Segundo - A empresa abrangida por este Acordo Coletivo de Trabalho fornecerá ao Sindicato Profissional, trimestralmente, a lista extraída da base de dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) para fins de controle da situação sindical dos trabalhadores, e cumprimento da Lei Estadual nº 11.303/2020.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AVISO PREVIO

O aviso prévio deverá ser fornecido pela empresa por escrito, devendo constar no documento a sua forma de cumprimento (trabalhado/indenizado), e os respectivos prazos (início e fim).

Parágrafo Primeiro- As rescisões de contrato de trabalho dos trabalhadores sindicalizados, deverão ser acompanhadas e assistidas no Sindicato profissional da categoria.

Parágrafo Segundo - Os pagamentos das parcelas constantes do instrumento de rescisão de contrato de trabalho deverão ser efetuados nos seguintes prazos, sob pena de incidência de multa prevista na CLT no art. 477 e multa convencionada:

a) Até o 10º (decimo) dia, contado a partir do término do contrato, quando o aviso prévio for trabalhado;

b) Até o 10º (décimo) dia, contado da data da notificação da demissão, quando se tratar de aviso prévio indenizado.

Parágrafo Terceiro- Na hipótese de aviso prévio trabalhado, o empregado somente trabalhará pelo período de 30 (trinta) dias, devendo os dias adicionais de que trata a Lei nº 12.506/2011 quando for o caso, ser indenizados pelo empregador.

Parágrafo Quarta - O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 (trinta) dias que antecede a data base deste acordo, terá direito à indenização adicional equivalente a um salário mensal, conforme Art. 9º da Lei 7.238/84.

Parágrafo Quinto - No ato da assistência de rescisão de contrato de trabalho no Sindicato dos Trabalhadores, a empresa deverá apresentar TRCT em 05 (cinco) vias, a CTPS do trabalhador com as anotações atualizadas, aviso prévio assinado pelo trabalhador, chave de liberação do FGTS, extrato analítico da conta vinculada do FGTS, comprovantes de pagamentos realizados, inclusive da multa dos 40% sobre o valor depositado do FGTS, guia do seguro desemprego devidamente preenchida, exame demissional, carta de referência do trabalhador, *Perfil Profissiográfico Previdenciário-PPP do Trabalhador*.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CIPA

A **HTB Engenharia E Construcao S.A.** organizará e manterá em funcionamento uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, na forma estabelecida pelas NR's 05 E 18 (Portaria 3.214/78), e conforme este Acordo. A Constituição da CIPA deverá ser convocada pela empresa, assim que atingir o número de 50 trabalhadores, obedecendo a NR-5 da port. 3.214 MTE.

Parágrafo Primeiro - A eleição para novo mandato da CIPA deverá ser convocada pela Empresa, mediante edital interno afixado no quadro de avisos, com um prazo mínimo e 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do mandato.

Parágrafo Segundo - A Empresa deverá encaminhar à Entidade Sindical Laboral conveniente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a realização das eleições, comunicando, por escrito, indicando os eleitos, tanto os titulares como os suplentes.

Parágrafo Terceiro - No intuito de promover redução do índice de acidente de trabalho, Empresa e Entidade Profissional, mediante comum acordo, poderão estabelecer programação para palestras técnicas sobre medicina, higiene e segurança do trabalho.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MÃO DE OBRA LOCAL

As empresas, empreiteiras e subempreiteiras, priorizarão a contratação de mão de obra do local de execução da obra ou de cidades circunvizinhas no **percentual de 70% (setenta por cento)**, de acordo com a **Lei Estadual nº 11.303, de 22 de julho de 2020**, exceto quando comprovada a não existência de mão de obra qualificada e disponível no local de execução da obra ou nas cidades vizinhas.

Parágrafo Único: A contratação da mão de obra local, no percentual mínimo de 70% (setenta por cento) deverá ser realizada pela empresa através do SINE estadual, através do site: www.trabalho.ma.gov.br A empresa deverá informar ao Sindicato a quantidade necessária de contratação para o contrato/obra, através dos telefones: **(98) 3232-1164 / 3304-8974** ou endereço eletrônico: sindconstrucivil@gmail.com.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FERIAS

Quando das férias anuais o empregado perceberá a remuneração que lhe for devida na data da concessão, incluindo-se na mesma os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso, desde que habitualmente percebidos no período aquisitivo.

Parágrafo Primeiro - Se no momento das férias o empregado não estiver percebendo o mesmo adicional do período aquisitivo, ou quando o valor deste não tiver sido uniforme, será computada a média duodecimal recebida naquele período aquisitivo.

Parágrafo Segundo - Junto com a remuneração das férias será pago o abono estabelecido pelo artigo 7º da Constituição Federal, cujo valor corresponder a 1/3 do salário base.

Parágrafo Terceiro - O início das férias individuais ou coletivas não poderá coincidir com os sábados, domingos e feriados.

Parágrafo Quarto - As empresas poderão conceder férias coletivas devendo nesta hipótese comunicar ao SINDCONSTRUCIVIL-MA, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ATESTADO MÉDICO E ODONTOLÓGICO

Quando a Empresa possuir ambulatório, com médico contratado pela Empresa o atestado médico deverá ser submetido ao médico da Empresa, para análise, liberação e aprovação.

Parágrafo único – A **HTB Engenharia E Construção S.A.**, e demais empresas subcontratadas, se obrigam a aceitar atestados médicos e odontológicos do sindicato dos trabalhadores, bem como das unidades da rede de atendimento do SUS.

PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

A Empresa aplicará as normas contidas na NR-18, de acordo com as características de local de trabalho e adotará as medidas de proteção, prioritariamente de ordem coletiva e, supletivamente de ordem individual, em relação às condições de trabalho, incluindo higiene de instalações sanitárias e segurança dos trabalhadores, inclusive dos subcontratados. Por ocasião da admissão, será ministrado ao trabalhador treinamento adequado sobre a utilização dos equipamentos de proteção individual e coletivo, necessários ao exercício de cada uma das atribuições, bem como lhe dará conhecimento dos programas de prevenção desenvolvidos na própria Empresa.

Parágrafo Primeiro - A Empresa fornecerá, gratuitamente, a todos os seus trabalhadores, os Equipamentos de Proteção Individual (E.P.I), comprometendo-se, os mesmos a usá-los e conservá-los, observadas por ambas as partes as disposições legais vigentes.

Parágrafo Segundo - É obrigação do Trabalhador obedecer às normas de medicina, higiene e segurança do trabalho, sendo que a recusa na utilização dos EPI's fornecidos levará à punição compatível na forma da Lei.

Parágrafo Terceiro - A Empresa fornecerá uniforme na forma da NR-18 para todos os Trabalhadores da área de produção. Para os demais Trabalhadores este fornecimento ficará sujeito à opção dos mesmos. Os Trabalhadores ficarão obrigados a zelar pelos uniformes de forma adequada e arcarão com os custos decorrentes do seu uso indevido.

Parágrafo Quarto - Quando as condições de trabalho forem comprovadamente consideradas inseguras, segundo as normas de segurança do trabalho, o Trabalhador deverá informar ao setor de segurança do

trabalho, que tomará as devidas providências, a fim de reduzir as causas de possíveis acidentes, antes do início dos trabalhos.

RELAÇÕES SINDICAIS GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DESCUMPRIMENTO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

As partes acordantes deste instrumento coletivo obrigam-se a cumprir todas as cláusulas aqui dispostas.

Parágrafo Primeiro - Em caso de descumprimento, por qualquer das partes abrangidas neste ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, o inadimplente será expressamente notificado pelas entidades sindicais, e terá o prazo de **10 dias** a contar da data da notificação para apresentar a resposta cabível.

Parágrafo Segundo - Transcorridos os **10 dias** de que o trata o §1º desta cláusula e não havendo qualquer resposta da parte notificada, será aplicada a multa equivalente a um salário e meio do piso salarial do Oficial, importância esta que será revertida em benefício da parte prejudicada, seja o trabalhador, ou entidades sindicais.

Parágrafo Terceiro - A multa constante nesta cláusula independe dos **valores acrescidos por juros e correções constantes** cobrado sobre boleto.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - TAXA ASSISTENCIAL MENSAL DOS TRABALHADORES

Estando autorizada pelos trabalhadores em **Assembleia Geral**, conforme determina o Art. 8º, IV da Constituição Federal/88, Art. 513, alínea “e” da CLT, e Art. 1º da Convenção 98 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, e **Decisão do Supremo Tribunal Federal, com Repercussão Geral em Recurso Extraordinário com Agravo, Processo nº 0000046-05.2011.5.09.0009**, publicado em 12/09/2023, a empresa, deverá, nos termos da lei, recolher e repassar ao Sindicato a **Taxa Assistencial Mensal de todos os trabalhador, no percentual de 1% mensal**, calculado sobre o salário base, para custeio das atividades do sindicato dos trabalhadores, inclusive para área da saúde para o empregado e seus dependentes, mantidos pelo sindicato dos trabalhadores, **e exclusivamente no mês de julho, a Taxa Assistencial, será descontada no percentual de 3%**, calculado sobre o salário base do trabalhador, para custeio das negociações da categoria. A taxa assistencial será descontada e recolhida à Caixa Econômica Federal na conta 438-5, agência 0027, operação 003 - Agência Gonçalves Dias - MA., até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao desconto, em formulário próprio, fornecido pelo sindicato representativo dos trabalhadores e depositado na conta acima indicada, observando que o boleto para pagamento da taxa assistencial poderá ser obtido através do SITE: www.sindconstrucivilsaoluisma.com.br ou pelo fone: (98) 3232-1164 / 3304-8974 / 98150-9109 ou endereço eletrônico: sindconstrucivil@gmail.com.

Parágrafo Primeiro – No caso de renúncia da contribuição da taxa assistencial, conforme estabelecido no caput desta cláusula, deverá o trabalhador comparecer pessoalmente ao sindicato da categoria profissional para solicitar sua exclusão em qualquer tempo, durante a vigência da convenção coletiva de trabalho. O Sindicato Profissional, por sua vez, emitirá a Certidão Sindical de Não Sindicalizado ao trabalhador, em papel timbrado da entidade.

Parágrafo Segundo – Os trabalhadores não sindicalizados não farão jus aos benefícios de assistência e outros benefícios oferecidos pelo sindicato dos trabalhadores.

Parágrafo Terceiro – As empresas fornecerão bimestralmente ao sindicato dos trabalhadores a lista com os nomes dos empregados admitidos e demitidos, para fins de controle do cumprimento da Lei 11.303, de 22 de julho de 2020, bem como as guias de pagamento da Taxa Assistencial referente ao mês anterior para efeito de controle, através do endereço eletrônico: sindconstrucivil@gmail.com.

Parágrafo Quarto – O não recolhimento pelas empresas, da taxa assistencial ou em caso de apropriação indébita, nos prazos previstos na Cláusula Sexagésima, implicará automaticamente em multa penal de 2% (dois por cento), sobre o valor não recolhido, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e correção monetária pelo INPC, até a data do efetivo recolhimento e repasse, mais as despesas de cobranças, custas

judiciais e honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento), independente das responsabilidades criminais em caso de apropriação indébita.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA VIGÉSIMA - APLICAÇÃO DA CCT DA CATEGORIA

A Empresa pactuante deste Acordo Coletivo de Trabalho se submeterá ao cumprimento das demais cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada entre o Sindconstrucivil-MA e o SINICON, **não abrangidas** por este instrumento coletivo de trabalho.

DISPOSIÇÕES GERAIS OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DIA DO TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO

Indústria da Construção Civil, Construção Pesada, Montagem e Manutenção Industrial, não haverá expediente nas obras e escritórios da Empresa **HTB Engenharia E Construção S.A., e demais empresas subcontratadas.**

Parágrafo único - Caso haja necessidade de trabalho neste dia, deverá a Empresa comunicar ao Sindicato sobre o pagamento do Adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal ou em caso de compensação o dia que será dado a folga para o trabalhador, de acordo com a necessidade da Empresa.

}

**HUMBERTO FRANCA MENDES
PRESIDENTE**

**SIND DOS TRAB NA IND DA CONST CIVIL CONST PES,MOB,ART, DE CIM E O DE ART INST,ELET,MONT,IND,E
ENG,CONS,DOS MUN,DE AG DOC DO MA, ALCAN,AN,ARA,AX,BAC,B**

**VANDERCINA NUNES RIBEIRO
GERENTE
HTB ENGENHARIA E CONSTRUCAO S.A.**

**MARCIO SEBASTIAO DOS SANTOS
OUTRO
HTB ENGENHARIA E CONSTRUCAO S.A.**

**MAURO EMIDIO DE SOUZA JUNIOR
GERENTE
HTB ENGENHARIA E CONSTRUCAO S.A.**

ANEXOS ANEXO I - ATA DE ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.